

EIXO TEMÁTICO 1 | ESTADO, MOVIMENTOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS

ESTUDOS SOBRE O TERCEIRO SETOR E O MERCADO DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

STUDIES ON THE THIRD SECTOR AND THE LABOR MARKET FOR SOCIAL WORKERS

Laísa Cunha da Silva¹

RESUMO

O presente trabalho consiste em estudos sobre o terceiro setor e como se apresenta ao mercado de trabalho de assistentes sociais no Brasil. Recorre-se a pesquisa bibliográfica sobre o tema e análise documental. Com indicativos para a expansão do Terceiro Setor no início do século XXI e sua afirmação como campo de trabalho ao assistente social.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Terceiro Setor. Mercado de Trabalho Serviço Social.

ABSTRACT

The present work consists of studies on the third sector and how it presents itself to the social worker job market in Brazil. Bibliographical research on the topic and documentary analysis are used. With indications for the expansion of the Third Sector at the beginning of the 21st century and its affirmation as a field of work for social workers.

Keywords: Social Movements. Third Sector. Social Service Labor Market.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho origina-se a partir da aproximação com a temática do mercado de trabalho e do terceiro setor com a inserção da autora no Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social, da Universidade Federal Fluminense. Seu objetivo consiste em um esforço

¹ Estudante de Pós-graduação Mestrado no Programa de Política Social na Universidade Federal Fluminense.
Email: laisacsilva@gmail.com

para conceituar o “terceiro setor” e como se apresenta ao mercado de trabalho de assistentes sociais.

A escolha do tema vincula-se a dois elementos centrais: 1. A recente trajetória da autora, em que, ao longo da graduação, foi bolsista de iniciação científica, vinculada ao projeto de pesquisa “O mercado de trabalho do Serviço Social no Brasil e na Argentina” e os desdobramentos desta experiência em seu trabalho de conclusão de curso, em que problematizou o mercado de trabalho de assistentes sociais e a pandemia de Covid19; 2. A articulação desta experiência e tema de pesquisa com as contribuições do mestrado em Política Social, da UFF.

O debate realizado sobre os movimentos sociais e a sociedade civil aponta para transformação das perspectivas e sua atuação ao longo dos últimos anos. A década de 1970 é um marco regulatório, haja vista as mudanças a nível econômico e social na sociedade capitalista, a partir dos processos de financeirização/ globalização do capital, reestruturação produtiva e o neoliberalismo (Silva, 2022). Não consiste como objetivo do artigo, aprofundar ou conceituar tais transformações, no entanto se faz necessário pontuar seu impacto na sociedade brasileira.

Compreende-se que ao longo dos anos, o Estado Brasileiro e sua interação com a sociedade, passaram por transformações. O trabalho em tela, apresenta questionamentos e inquietações sobre as relações sociais e a perspectiva sobre o Estado, levantadas através das contribuições da disciplina de Estado, Sociedade e Terceiro Setor. Além do compromisso com a produção de um debate qualificado sobre o tema, visto o impacto na sociedade brasileira.

Marques (1997) destaca que as décadas de 1970 e 1980 experimentaram grandes transformações sociais, em que os Estados Nacionais tiveram seu poder significativamente alterado e redesenhado no mapa do poder do mundo. O Brasil vive um período agitado politicamente, os anos 1970 apontam para o fim da Ditadura militar, uma grande organização social em prol da volta do Estado de direito democrático.

A chegada dos anos 1980, demonstra uma forte organização civil de mobilização política e avanços nos direitos sociais, segundo Gohn (2013), os anos de 1980 são marcados por uma forte mobilização a partir de núcleos militantes que se dedicam a uma causa. Assim como marco legal a promulgação da Constituição Cidadã de 1988, que responsabilizava o Estado em relação a saúde, educação, geração de renda e emprego, expansão de diversos direitos sociais, fruto da conquista e organização de setores populares.

A década de 1990 no Brasil, se apresenta com um alinhamento dos Governos de Fernando Collor de Mello (1990 – 1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2003) a Ideologia Neoliberal (Silva, 2022). Segundo Moraes (2016, p. 35), o Neoliberalismo “defende a diminuição do Estado, de forma a suprimir ou reduzir os direitos e garantias sociais, tornando-se mínimo para o trabalho e máximo para o capital. Logo, é fruto de um reposicionamento do Estado perante as inúmeras crises econômicas do sistema Capitalista, em particular a crise de superprodução 1970 nos países capitalistas centrais.

Para Ceolin (2014, p. 253)

A ideologia liberal estimula um vasto empreendimento de refilantropização do social, não admitindo os direitos sociais como função estatal e operando, assim, uma profunda despolitização da questão social, ao desqualificá-la como questão pública.

Esse aspecto do Neoliberalismo e das políticas aplicadas na década de 1990, que é central para o presente trabalho, levantar questionamentos sobre a relação do “Terceiro Setor” com o tratamento da questão social perante o Estado Neoliberal.

Para isto irá recorrer a uma análise dos relatórios “Assistentes Sociais no Brasil - Elementos para o estudo do perfil profissional”, publicado pelo CFESS, em 2005 e, o “Perfil de Assistentes Sociais no Brasil: Formação, Condições de trabalho e exercício profissional”, publicado pelo CFESS, em 2022. Reconhecendo, segundo Prates (2012, p. 118), que ela representa uma fonte estável e rica de evidências que fundamentam os argumentos do pesquisador, uma técnica de coleta de dados. Investigará a bibliografia sobre o “Terceiro Setor” dentre os autores Maria Lúcia Duriguetto; Eduardo Marques, Maria da Gloria Gohn, Carlos Montañó, entre outros.

Deste modo, o primeiro item, debruça sobre estudos em relação ao chamado Terceiro Setor, que surge a partir dos anos 1990 no Brasil, na perspectiva teórico crítica visto como um espaço superador da dicotomia Público x Privado, como uma resposta alternativa diante a composição de Estado. Sendo a grande referência a obra do autor Montañó em 2008.

O debate levantado no segundo tópico apresenta os dados sobre o mercado de trabalho de assistentes sociais, visto que o trabalho da assistente social desde seu surgimento tem como objeto de trabalho as expressões da Questão Social (Iamamoto, 2012). Assim questiona-se as alterações no tratamento das políticas públicas, nos processos de refilantropização, e a expansão do terceiro setor a partir dos anos 1990, trazem impacto ao mercado de trabalho do

Serviço Social?

2 CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERCEIRO SETOR

O item pretende abordar a complexidade do chamado “Terceiro Setor”, na busca de compreender o impacto da utilização do termo para a sociedade. Para Montaño (2008), o “terceiro setor” é um conceito de origem norte-americana, e no Brasil teria sua vinculação com a burguesia brasileira. É notável que o Terceiro Setor tem diversas interpretações, partindo de conceitos heterogêneos e de ampla interpretação.

Como já exposto na introdução do trabalho, as transformações no mundo do Capital, vão impactar na organização do Estado, no Brasil a partir da década de 1970 em seus governos. O primeiro conceito que se torna evidente, a nível de organização popular é o de Sociedade Civil. Para Durigueto (2005, p 84) a sociedade civil “É uma das esferas sociais em que as classes organizam e defendem seus interesses, em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônico de classe”.

A autora utiliza-se do pensamento gramsciano para destacar que a “sociedade civil expressa a articulação dos interesses das classes pela inserção econômica, mas também pelas complexas mediações ideopolíticas e socioinstitucionais” (Durigueto, 2005, 84). Neste sentido que alterações na década 1970, trazem uma evidência maior a categoria sociedade civil, a sua definição ligada a organização e luta de interesses de diversas classes. No Brasil, a organização e resistência contra o regime autoritário, é um exemplo da participação da sociedade civil, ou seja, uma organização de indivíduos com objetivo em comum, geralmente na organização por direitos civis.

Segundo Durigueto (2005), a evidência da categoria sociedade civil, na realidade brasileira, expressa-se na ativação dos “movimentos sociais”. Ligados ao momento político de fim do regime ditatorial e aos anos 1980 o processo de elaboração da constituição. De acordo com Gohn (2013, p. 239) a mobilização da década de 1980 “se faz a partir de núcleos militantes que se dedicam a uma causa seguindo as diretrizes de uma organização”. Para as autoras, a organização da época, voltava-se ao caráter de mais reivindicativo, de organização popular e que construíram um campo democrático popular.

No entanto, como já exposto, a promulgação da constituição e a década de 1990 revela uma nova dimensão:

No entanto, a conjuntura constitucional e seus avanços no campo dos direitos sociais e da participação popular na sua formulação e fiscalização foi contra-arrestada pelo avanço de um discurso que, usando o argumento da necessária redefinição das relações entre o Estado e a sociedade, passa também em investir na participação social no campo da sociedade civil. Esta participação é incentivada, a partir dos anos 1990, pelo projeto neoliberal em ascensão, não na direção do controle social na gestão e implementação das políticas sociais, mas na direção de transferir e atribuir às organizações da sociedade civil o papel de agentes do bem-estar social mediante práticas voluntárias, filantrópicas e criativas (Durigueto, 2005, p. 89 -90).

O projeto neoliberal enxerga na sociedade civil, nas organizações populares uma forma de instrumento para desresponsabilização estatal. Esta visão está ligada a perspectiva crítica sobre o papel do Estado, existem autores que apontam para as organizações civis dentro do neoliberalismo como um complemento do Estado.

A nomenclatura utilizada para esta organização, que não seria responsabilidade do Estado, e nem faria parte somente da organização civil, é o chamado Terceiro Setor. Durigueto (2005, p. 90) afirma que

A organização da sociedade civil – transmutada em esfera pública não-estatal, em um suposto terceiro setor, situado para além do Estado e do mercado – passa a ser servilizada como campo de ações e organizações regidas pela lógica solidarista, filantrópica, do voluntarismo e do apoliticismo.

O Terceiro Setor, não é de exclusividade do projeto Neoliberal, mas adentra numa perspectiva apolítica, de redução do Estado.

Segundo Gohn (2013), a partir dos anos 1990, existiram duas frentes de Organizações não governamentais (ONGs), 1) as que se formaram na década de 1970-1980, fundamentadas na busca pelo direito, justiça social, causas militantes. 2) denominadas de Terceiro Setor, se incorporam a critérios econômicos, através de parcerias públicas para gestão e execução de políticas, voltadas a filantropia e utilizando-se de trabalho voluntário.

Os anos 2000 apresentam um *boom* de crescimento de ONGs ligadas ao “Terceiro Setor”, Mello e Pereira (2023) ponderam que o período é de aprofundamento das relações do Estado com o Terceiro Setor, considerado a “profissionalização” dessas organizações. Montaño (2008), adverte para analisar o Terceiro Setor como uma clara ligação com os interesses de classes, visto que este novo setor superaria a dicotomia “público X privado”.

O Terceiro Setor atua em diversas políticas, sem forte regulação e controle de seus

investimentos, ocupando o espaço “onde o Estado não consegue chegar”. O autor demonstra que este Terceiro Setor, estaria diretamente ligado ao trato da questão social, fornecendo um atendimento fragmentado no âmbito da caridade. No próximo item realiza um esforço para aproximar o debate do Terceiro Setor como empregador de assistentes sociais e em quais condições.

3 MERCADO DE TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS NO BRASIL E SUA RELAÇÃO COM O TERCEIRO SETOR

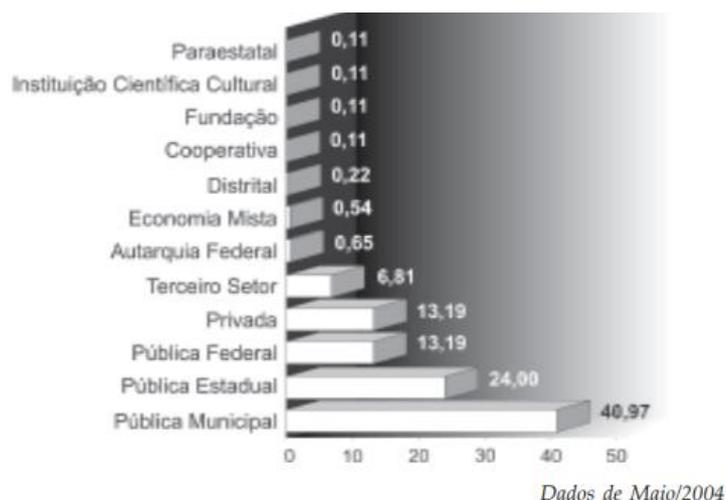
O item apresenta os dados sobre o Terceiro Setor nas pesquisas realizadas pelo Conselho Federal de Serviço Social nos anos de 2005 e 2022 sobre o mercado de trabalho de assistentes sociais.

O trabalho possui centralidade na vida dos indivíduos, é um elemento constitutivo do ser social, como exemplifica a teoria marxiana. Assim, ao tratar o mercado de trabalho de assistentes sociais é necessário compreender é um profissional assalariado e inserido na divisão social e técnica do trabalho (Iamamoto, 2015).

Como evidenciado anteriormente, a década de 1990, o projeto neoliberal e o projeto de enxugamento do estado, abrem espaço para expansão de organizações não governamentais, organizações sociais, o chamado terceiro setor, que contará com contratação de assistentes sociais. Uma vez que, o tratamento da questão social, a participação na formulação e aplicação de políticas públicas e sociais, são objetos de trabalho da(o) profissional de serviço social (Iamamoto, 2015).

Isto posto, o terceiro setor torna-se um campo para inserção para profissionais que estão inseridos (as) na divisão sociotécnica do trabalho, na mediação da relação capital/trabalho, necessitando vender sua força de trabalho. Admite-se apresentar os dados produzidos pelo CFESS (2005, 2022) sobre a inserção das profissionais nesses campos.

O relatório produzido em 2005 vai confirmar uma tendência histórica da inserção do Serviço Social na esfera público estatal. No entanto, o gráfico 1 demonstra:



Fonte: CFESS, 2005, p. 26

Observar o Serviço Público nas suas três instâncias aparece como o principal empregador, é destaque o “Terceiro Setor”, como o terceiro que mais emprega no Serviço Social.

Os dados sistematizados em 2022, apresentam:

Tabela 1 - Dados Mercado de Trabalho Assistentes Sociais Relatório de 2022

Natureza do principal vínculo como assistente social	Freq	%
Setor público municipal	19.271	43,59%
Nenhum	7.478	16,91%
Setor público estadual	4.868	11,01%
Organização não Governamental sem Fins Lucrativos	3.614	8,17%
Empresa privada	2.751	6,22%
Setor público federal	2.301	5,20%
Organização social	783	1,77%
Organização da sociedade civil de interesse público	634	1,43%
Voluntário	603	1,36%
Fundação	498	1,13%
Autônomo	321	0,73%
Sindicato associação movimento social e ou popular	146	0,33%
Outro	944	2,14%
Total	44.212	100,00%

Fonte: CFESS, 2022, p. 91

O Serviço Público, segue como o maior empregador, porém algumas diferenças precisam ser evidenciadas. Primeiro em relação a nomenclatura, em 2022, não consta mais o “terceiro setor”, mas variadas instituições que em outra perspectiva seriam entendidas como

parte em questão. Seriam elas “Organização Não Governamental sem Fins Lucrativos”, “Organização Social”, “Organização da Sociedade Civil de Interesse Público” e “Sindicato associação movimento social e ou popular”.

O segundo ponto de destaque é se contabilizadas as instituições de “Terceiro Setor”, elas alcançariam uma porcentagem maior do que as empresas privadas, o que é uma diferença ao olhar os dados de 2005. Mello e Pereira (2023) vão indicar para a partir de 2010, uma redução no número de OSCs no país, indicativo este que não é possível se afirmar se é realidade ou não para as assistentes sociais.

O terceiro destaque é para o aparecimento do “Voluntariado” como forma de inserção no mercado de trabalho, que está diretamente ligado ao processo de precarização das relações de trabalho na sociedade Capitalista, apontada por autores como o sociólogo Antunes (2021), Arregui e Raichelis (2021). O presente trabalho não busca esgotar o tema, mas levantar questionamentos sobre a inserção de assistentes sociais no “Terceiro Setor” e de como essa relação e condição de trabalho poderia acontecer.

A priori, as mudanças no mundo do trabalho a partir da década de 1970 impactam os diversos campos sócio-ocupacionais, os dados do CFESS (2022) enfatizam sobre as difíceis condições de trabalho, o rebaixamento salarial e os vínculos de contratos precários em todo o país.

Segundo Montaño (2008, p. 170)

A literatura dominante sobre nosso tema, a partir da constatação fria do aumento do desemprego, tem “prometido” um “terceiro setor” em expansão como nova fonte de trabalho. Efetivamente, conforme essas promessas, as ONGs teriam a grande utilidade de dar emprego a importante parte da população expulsa ou não aceita no mercado formal de trabalho

A análise do autor é voltada para espaços que não seriam “nem públicos” e “nem privados” como inserção e como uma possibilidade de trabalho para profissionais, visto os dados apresentados em 2005 e 2022 não é possível dizer sobre uma grande expansão, mas é notável a ampliação desses postos para o Serviço Social.

O autor suscita:

Assim, as organizações do chamado “terceiro setor” serviriam como contratendência ao desemprego e subemprego gerado a partir da reestruturação produtiva. Elas apareceriam, agora, como constituindo um movimento social que visa também

responder ao problema de emprego. Uma solução “não-capitalista” para um problema capitalista, uma solução na “sociedade civil” para um problema de mercado e da produção (MONTAÑO, 2008, p. 171).

Não perdendo de vista, que a profissão tem um forte vínculo desde sua constituição com instituições caritativas e de filantropia. Assim questiona-se com a ampliação do mercado de trabalho de assistentes sociais; os dados de 2022 apontando profissionais voluntários. Seriam esses profissionais inseridos em instituições do “terceiro setor”?

A breve exposição dos dados deixa claro a necessidade de maiores pesquisas sobre o tema e aprofundamento em relação a contratação de assistentes sociais por essas instituições e ao perfil dessas instituições, aos seus decréscimos e as relações e condições de seus trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As organizações civis, os movimentos sociais, ou os entendidos como o “terceiro setor”, passam por transformações acompanhando os períodos governamentais e a sociedade civil. É notável a expansão de políticas públicas durante o período progressista de 2003 a 2015, no entanto o avalanche político e ultra neoliberal dos (des)governos Michel Temer (2016 – 2018) e Jair Bolsonaro (2018 –2022), suscita o debate para compreender quais são as novas formas de enfrentamento a questão social perante esses governos? Quais são os impactos desses anos de ataques a inúmeras legislações como a trabalhista no ano de 2017? Quais seriam as ligações entre as municipalizações das políticas e as Organizações Sociais?

Se faz necessário compreender que o Terceiro Setor é um campo de trabalho para o assistente social, e que o mesmo está alinhado à sociedade Capitalista e ao mundo de trabalho. Cabe questionar, também os impactos das mídias digitais que traz um outro parâmetro ao tema de movimentação e interação social, que são passíveis de novo indicativo para aprofundamento da pesquisa e produção de ciência

REFERÊNCIAS

CALEGARE, M.G.A.; SILVA JUNIOR, N. A “construção” do terceiro setor no Brasil: da questão social à organizacional. Rev. psicol. polít., São Paulo, v.9, n. 17, p. 129-148, jun. 2009. (http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100009&lng=pt&nrm=iso).

DAGNINO, Evelina. Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, v. 3, n. 5, p. 139-164, 2004.

DURIGUETO, M. L. Sociedade civil, esfera pública, terceiro setor: a dança dos conceitos. *Serviço Social e Sociedade*, vol. 81, p. 87-96, 2005.

GOHN, M. G. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. *Meta: Avaliação*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238-253, maio-ago. 2013.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. Cortez editora, 2021.

MARQUES, E. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. *BIB – Boletim Informativo Bibliográfico* 43. pp.67-102, 1997. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/edicoes-anteriores/bib-43>.

MELLO, J.; PEREIRA, A. C. R. Dinâmicas do terceiro setor no Brasil : trajetórias de criação e fechamento de Organizações da Sociedade Civil de 1901 a 2020. *Texto para Discussão*, n. 2891. Rio de Janeiro: Ipea, jun. 2023. 39p.

MONTAÑO, C. Terceiro Setor e Questão Social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2008. Cap.2.

MORAES, C. A. de S. et al. O Serviço Social brasileiro na entrada do século XXI: formação, trabalho, pesquisa, dimensão investigativa e a particularidade da saúde. 2016.

PEREIRA, P. A. P. **A política Social entre Deus e o Diabo: determinações e funcionalidades do sistema capitalista**. In: Carlos Antonio de Souza Moraes, Rita de Cassia Santos e Monica de Castro Maia Senna (Org.). *Política Social no Brasil: sujeitos, trajetórias e institucionalidades*. Curitiba, PR. Editora CRV, 2020

SILVA, L. C. O contágio da precarização: um estudo sobre o mercado de trabalho de assistentes sociais em Campos dos Goytacazes (RJ), durante a pandemia de COVID-19. 2022. 76 f. TCC (Graduação em Serviço Social) – Curso de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2022.